

FÓRUM AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Coordenação:

Jadete Barbosa Lampert e Rinaldo Aguilar

Relatoria:

Professora Ively Guimarães Abdalla

Discentes – Aluízio e Pedro

O Fórum é iniciado com a apresentação dos componentes da CAEM/ABEM presentes: Professoras Jadete e Ively e Professor Rinaldo. Após, a proposta do Fórum, com o termo de referência (Anexo 1), é discutida para que os participantes saibam o que vai ser desenvolvido nos 4 dias de discussão.

O fórum é um espaço de discussão político, onde há a possibilidade de se construir um documento para encaminhamento das propostas construídas coletivamente.

Logo em seguida é iniciada uma discussão sobre o conceito de Avaliação Institucional.

Conceito assumido pela CAEM:

A Auto-Avaliação Institucional a partir das contribuições dos vários atores tem caráter pedagógico, formativo, pois consiste em uma experiência social significativa que aborda valores e promove mudança da cultura avaliativa, potencializando o desenvolvimento humano e institucional (SINAES). A ênfase qualitativa do processo avaliativo visa entender os processos de construção da realidade de um grupo social, mediante coleta e interpretação de dados a fim de detectar comportamentos sociais e práticas cotidianas. A técnica qualitativa é combinada à quantitativa, através da utilização de dados secundários sobre a universidade e seus membros constituindo a avaliação por triangulação de métodos (Minayo, 2005).

A Avaliação Interna é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, Desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

A Avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo INEP, tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios das auto-avaliações. Por isso, deve estar

coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais que foram amplamente discutidas pela sociedade organizada e homologadas pelo Ministério da Educação (CNE, 2001).

É discutido com o grupo que essa avaliação é composta por um conjunto de processos avaliativos, não deve ser pontual e deve ser desenvolvida por todos os atores da comunidade acadêmica.

Logo após, os objetivos do fórum são apresentados ao grupo.

Objetivo Geral

- Desenvolver atividades que permitam abalizar e nivelar conceitos e fazer análise crítica da realidade com a perspectiva da construção coletiva de políticas que fortaleçam e aprimorem os processos de avaliação institucional.

Objetivos Específicos

- Compartilhar conceitos e avanços ocorridos na construção dos processos de avaliação institucional;
- Conhecer e discutir aspectos dos processos de avaliação institucional, implementados no âmbito das escolas médicas;
- Avaliar as dificuldades encontradas nas experiências avaliativas em andamento, construindo políticas e apontando ações que possam estar fortalecendo a construção desses processos;
- Relatar o produto das apresentações e discussões.

Após a apresentação dos objetivos o desenvolvimento dos 4 dias de discussão foi descrito e o foco ficou na discussão do programa do 1º encontro **(Sábado – 20/10)**

8h às 10h – ABORDAGEM CONCEITUAL

- Abertura com a proposta do Programa/trabalho do Fórum /Termo de Referência Jadete Lampert (UFSM)
- Contextualizando as discussões depois da homologação das DCN, 2002/2006 Regina Stella (Unifesp)

Profa. Regina Stella

Fala sobre as políticas de avaliação no Brasil.

Marco legal do antigo sistema de avaliação:

LDB – Lei 9394/1996

Decreto 2026/1996

Decreto 3860/2001

Outros: portarias MEC, CNE

Órgãos responsáveis

MEC/SESU, CNE/CES, INEP

Essa legislação já aborda as Diretrizes Curriculares.

Os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento dessa avaliação: SESU/INEP

Esse sistema é de avaliação e regulação.

Avaliação das Condições de Ensino – Exame Nacional de Cursos

Os grupos, responsáveis pelas avaliações, não se comunicavam muito e isso gerava inconsistência.

O papel regulador não apareceu nessa época.

Sistema fazia autorização e reconhecimento e os documentos eram separados. Não havia relação entre autorização e reconhecimento.

Com o SINAES surgem as bases para uma nova proposta com uma visão mais global de avaliação.

No início da proposta da CONAES há uma crítica ao processo anterior dizendo que na realidade os cursos são pacientes de um processo exterior de avaliação desvinculado da auto-avaliação institucional

Proposta do SINAES: fazer avaliação institucional interna e externa contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relação, e responsabilidades sociais.

Processos de avaliação do Sinaes:

Avaliação Interna das IES

Avaliação externa das IES

Avaliação dos cursos de graduação

Avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes dos cursos de graduação

Comparação de Propostas e Instrumentos de Avaliação Institucional: ACE e ACG; ENCX e ENADE

A avaliação Institucional das ACE só apareceu no final de 2002 por conta de avaliar os centros universitários que estavam na fase de avaliação em função de necessidade das escolas.

O instrumento das avaliações das condições de ensino: organização, corpo docente, instalações.

O novo processo tem instrumento de avaliação de condições de cursos e auto-avaliação.

Dimensões das condições de curso propostas pelos SINAES.

ENC – tinha como objetivo avaliar o desempenho dos alunos em relação às habilidades e competências. – Realizado anualmente e com alunos da última série.

Crítica ao instrumento – a prova não avalia competências e habilidades. A grande crítica é que os conceitos divulgados não expressavam a real qualidade dos cursos. Não havia possibilidade de comparar os tipos de provas.

Outra crítica era que não tinha consequência para os cursos, isto é, não houve nenhuma política de implementação.

ENADE – se repete de forma cíclica. Propõe-se a avaliar competências e habilidades, mas se preocupa em avaliar os alunos em 2 blocos: formação geral e formação específica.

As 2 provas, provão e avaliação institucional sempre foram consideradas pelas escolas como bem feitas. O problema sempre foi o que fazer com esse resultado, isto é, que políticas públicas devem ser implementadas.

Os exames colhem dados que são importantes para verificarmos o perfil de nossos estudantes.

Avaliação dos Cursos até 2001

1 instrumento por curso, utilizado para autorização e reconhecimento.

Eram utilizados instrumentos diferentes – instrumento estruturado, semi-aberto. Os pares no final poderiam dar parecer relativizando os pontos atribuídos no relatório. Quem examinava era treinado e ia fazer as visitas.

O treinamento dos pares avaliadores da Avaliação das Condições de Ensino permitiu a análise do próprio instrumento.

2001 – o documento específico de cada curso foi substituído por um documento único para todos os cursos. Isso foi discutido num dos fóruns da ABEM, a qual toma a decisão de enviar encaminhamento para o ministério de que esse incorporasse as diretrizes dos SINAES no instrumento de avaliação, pois o documento foi visto como muito ruim pela ABEM que coloca seu repúdio à proposta e recomenda aos

pares avaliadores que não fizessem parte do corpo de avaliadores daquele instrumento.

2002 – 2003 – os processos de reconhecimento continuaram sendo feitos pelo mesmo instrumento, pois o ministério não incorporou as recomendações da ABEM.

2005 – Avaliação das Condições de Cursos de Graduação – ACG

Após grande discussão e com sensibilidade para ouvir os parceiros, das oficinas da ABEM que ocorreram regionalmente, com grande representação dos alunos, foi enviada uma proposta de avaliação das condições de ensino mais adequado à nossa realidade.

De repente sai um único documento com preenchimento semi-aberto e, segundo o olhar da ABEM, pior que o outro.

Ele permite que se evidenciem as forças e fragilidades que são vistas na escola, mas isso não influi na nota.

A ABEM em 2006 encaminha novamente sua posição de repúdio num documento semelhante ao enviado em 2001.

Críticas do documento feitas pela Abem

O documento desconsidera as contribuições propostas.

Adota uma concepção conservadora, com orientação tecnicista.

Ignora orientações de mudanças curriculares que estão sendo estimuladas pelo próprio MEC como o Pró-Saúde. Os eixos descritos no instrumento do Pró-Saúde não aparecem no documento do SINAES.

Há um avanço sensível, mas o ponto central é que parece que nada aconteceu com o instrumento.

Jadete Lampert

Apresenta as questões norteadoras para discussão do grupo neste dia.

1 – Adequação do instrumento – avaliação externa, interna, Enade

2 – Que parâmetros e/ou critérios mínimos devem dar conta da avaliação institucional para atender as DCN?

Uma professora pergunta sobre o documento específico do curso médico que é para autorização e se é para ser usado para regulamentação.

Rinaldo explica sobre o que está acontecendo em termos de propostas de governo e pede que os grupos discutam sobre:

- O que para nós é essa questão da avaliação?
- Como tem sido olhado pelas escolas? Como está acontecendo?
- Quais as sugestões dos grupos para avaliar a escola médica?

Na sala há 32 participantes que se dividem em 3 grupos de discussão.

É pedido que se eleja um relator para apresentar o resultado da discussão dos grupos no final dos trabalhos.

FORUM DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 21 outubro

Coordenação CAEM/ABEM

Jadete Lampert e Rinaldo Aguilar

Relatoria: Ively Guimarães Abdalla

Discentes – Aluizio e Pedro

No início da reunião é revista a discussão do dia anterior e explicitada a proposta de hoje e pedido aos relatores dos grupos que entreguem e apresentem no final do encontro a relatoria dos trabalhos feitos pelos grupos.

Análise crítica do instrumento de avaliação das EMBs = Rinaldo Aguilar

A Caem fez uma análise do instrumento e apontou alguns aspectos que são avanços e pontos que merecem ser revisitados

Autorização – é só autorização ou será utilizado também para regulamentação?

5 níveis de análise – o que determina cada 1 dos conceitos não é um distrator de fácil análise, isto é, a subjetividade torna mais difícil a análise. Exemplo: qual o conceito do termo usado como “*plenamente*”?

Comentário da Platéia – o instrumento avalia a pesquisa independentemente da característica da Escola (Universidade, Centro Universitário, Faculdade Isolada) e assim, cria uma discriminação que contraria uma definição do próprio MEC. Um avaliador, com visão ampla, vai considerar aspectos como pesquisa etc., mas isso torna muito subjetiva a avaliação e vai contra as DCN

Comentário da Platéia – O avaliador no momento do treinamento, não é informado?

Rinaldo – a capacitação dos novos avaliadores foi meramente técnica, isto é, só aprenderam a preencher formulários eletrônicos.

Para a CAEM, o **Perfil do egresso**, é o grande avanço que aparece no instrumento. Pela 1ª vez num instrumento da medicina aparecem as DCN.

Número de vagas – Pensamos que é uma dificuldade para a escola. Temos programas oficiais no país que dizem da necessidade de fazer articulação entre academia e serviços. Há escolas que possuem professores colaboradores e assistentes que não fazem parte do corpo docente oficial da escola. Em função disso, a relação da infra-estrutura com o número de vagas pode prejudicar a avaliação da escola.

Integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS – isso não existia nos instrumentos anteriores e é um avanço do instrumento, poderia entretanto ser mais específico englobando os níveis de atenção à saúde (primário, secundário e terciário) e o uso racional da tecnologia (leve, leve-dura e dura).

Ensino na área da saúde – se nós trabalhamos na área da saúde, esse tópico parece ser desnecessário. Para ter nota 5 há necessidade da existência de 5 cursos na área da saúde. Pensamos que isso não se aplica, pois uma faculdade isolada pode ter apenas 1 curso e com boa qualidade.

Campo aberto para comentários gerais do avaliador – esse campo acaba sendo um avanço. Como há um espaço para comentários isso facilita à escola a entrar com recursos para discordar da análise.

Organização Didático-Pedagógica

Indicador – Conteúdos curriculares – o termo *conteúdos* parece se contrapor com o que preconizam as DCN (formação a partir de competências profissionais). Assim, as atividades extra-classe já estão naturalmente previstas.

Metodologia – No item 5 cabe do modelo tradicional ao avançado, os distratores não fazem uma diferenciação em virtude das DCN.

Para Rinaldo esse trabalho de avaliação acaba sendo muito técnico e seria necessário uma capacitação específica para os avaliadores que preferencialmente já tivessem um conhecimento do movimento de educação médica no país.

Estágio supervisionado

Crítica a esse aspecto:

As atividades práticas de ensino não garantem os níveis de atenção, não apontam discussão e uso de diferentes tecnologias.

Discussão = há coisas sombrias na discussão sobre a construção do novo currículo das escolas.

Rinaldo – enquanto um movimento de transformação gostaríamos de participar mais da implantação do instrumento do ministério como ABEM.

Jadete – estamos aqui para fazer a análise crítica do instrumento e enviar sugestões para aprimoramento do mesmo.

Atendimento ao discente – há necessidade de se contemplar as ações que estão sendo feitas nas escolas como, por exemplo, os programas de mentoring.

Dimensão do Corpo Docente

Indicador – A composição do NDE (núcleo docente estruturado) é considerada um avanço.

Indicador – Titulação – para que essa titulação? Isso é visto como não relevante, uma vez que estão sendo preconizadas as parcerias academia-serviço com a participação de profissionais da rede que muitas vezes ainda não possuem titulação, mas são fundamentais no processo de formação médica.

Regime de contratação – não há garantia de que isso garanta a qualidade.

Titulação do Coordenador de Curso – essa cobrança é vista como negativa.

Regime de trabalho do coordenador de curso – visto como avanço

Composição do colegiado – visto como avanço

Titulação continua estratificada – mestres e doutores foram colocados num único nível não há distinção entre mestres e doutores o que é visto como negativo.

Regime de trabalho – continua igual

Alunos por turma em disciplina teórica – é um retrocesso, vai contra as DCNs que sugerem um ensino centrado no estudante e em pequenos grupos.

Pesquisa e produção científica – a pesquisa, do ponto de vista legal, é uma obrigação das universidades. O avanço é a indicação da necessidade de pesquisa com foco na atenção básica

Platéia – um professor que participou da elaboração do instrumento diz que na proposta de autorização foi previsto como documento de autorização e que, a cada ano, as escolas seriam visitadas para saber do cumprimento das propostas feitas pela escola no PPC. A proposição do grupo é que haja um acompanhamento constante.

Rinaldo – o que se lamenta é que as explicações dadas tenham ficado restritas à comissão que elaborou o instrumento e não tenham chegado aos interessados, à sociedade.

Instalações físicas – não há avanço em todos os indicadores

Retrocesso – é um dado importante, mas não é tudo. Não significa que se a escola tiver instalações boas tenho garantia de aprendizagem

Unidades hospitalares de ensino – Avanço

Unidades básicas de saúde – aparece pela primeira vez e é um avanço.

Platéia – deveria haver uma indicação para a gestão do hospital, para explicitar se a gestão do hospital é feita pela escola ou há comprometimento dos docentes com o funcionamento do hospital.

Laboratório de habilidades – Avanço

Requisitos legais – são itens essencialmente regulatórios e justificam que isso não faz parte da avaliação – pensamos que isso é, no mínimo, estranho.

Apresentação do Projeto da CAEM por Jadete Lampert

Enfatiza que devemos trabalhar a mudança da concepção de avaliação como um processo em que cada escola deve contruir seu process.

Apresentação dos grupos de trabalho

1 - Relatório grupo A – Relator: José Leonam – Universidade Estadual de Feira de Santana

Pontos importantes da discussão

1 – Sentido da avaliação. Avaliar é importante? O SINAES cumpre o papel de avaliar para transformar ou funciona como mecanismo regulatório do governo para imprimir uma lógica de mercado nas instituições?

2 – O SINAES avança do ponto de vista do sistema anterior, por avaliar mais pontos além da avaliação do estudante, porém o conteúdo que preenche esse sistema não vem associado a uma política clara de financiamento para as Instituições Públicas.

3 – Avaliação Interna. Existe o problema da formação das CPAS, pois a lei não é muito clara quando fala da sua composição. Estas são nomeadas por reitores, que muitas vezes tomam posturas arbitrárias em relação à comunidade universitária.

4 – Avaliação externa. Existe um problema com relação aos avaliadores. A maioria absoluta pertence a faculdades privadas, o que pode gerar um viés, pois existem critérios subjetivos. Outros problemas são: o mascaramento da estrutura física feito pelas universidades antes da visita dos avaliadores; o peso dos vários critérios que são utilizados tanto na avaliação dos cursos quanto na avaliação das instituições.

5 – O Enade não muda nada em relação ao Provão e continua sendo utilizado como instrumento de ranqueamento pelo mercado.

6 – O SINAES não apresenta uma política clara de financiamento e pune as instituições por desempenho, ou seja, avalia no sentido de regular o mercado capitalista. Constitui-se, também, em uma afronta a autonomia universitária, uma vez que estabelece normas a serem seguidas e pune quem não as cumpre.

Acreditamos que é importante avaliar, porém o sentido da avaliação deve ser o de transformar a educação e não de regular um sistema cada vez mais precarizado.

Houve divergências no grupo em relação à necessidade de haver diferenças entre avaliação de escolas públicas e privadas e em relação ao que fazer com o resultado desta avaliação. Algumas pessoas no grupo colocaram que os instrumentos da avaliação devem ser os mesmos, porém o processo de controle deve ser tratado de maneira diferente.

Relatório do Grupo B – Relator:

Após a exposição da palestra Avaliação Institucional, discutiu-se, no fórum, (1) a adequação dos instrumentos – avaliação externa, interna e Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e (2) que parâmetros/critérios mínimos deve dar conta à avaliação institucional para atender as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Nesse sentido, quanto à primeira questão, argumentou-se (1) sobre a ACG 2007 (Avaliação dos Cursos de Graduação – 2007) e suas fragilidades, (2) sobre a importância do corpo docente e da infra-estrutura das instituições na avaliação, (3) sobre a precariedade do treinamento dos pares avaliadores e o avanço da avaliação no cadastramento desses docentes por área do conhecimento, (4) sobre a má organização do organograma do Estado em relação aos órgãos avaliadores e reguladores das instituições de ensino superior (IES) e, principalmente, (5) sobre a Comissão de Avaliação das Escolas Médicas da Associação Brasileira de Educação Médica (CAEM – ABEM).

Um aspecto que foi sistematicamente trabalhado foi a recorrência dessas discussões nos fóruns de educação médica e a insuficiente repercussão das resoluções e deliberações da ABEM. Dessa forma, esclareceu-se que, ao fim dos trabalhos, será confeccionado um documento que explicita, dentre outros pontos resolutivos, questões relativas a CAEM e ao Enade.

Finalmente, os aspectos discutidos foram: (1) o caráter tecnicista das avaliações e a pouca significância destas para as questões curriculares; (2) a sujeição das IES à subjetividade dos critérios utilizados pelos avaliadores; (3) a necessidade de capacitação dos avaliadores de forma a homogeneizar os critérios de avaliação; (4) a relevância da formação médica dos avaliadores; (5) o pouco valor que se atribui às avaliações internas, embora elas representem um relativo avanço; (6) o fato de o Enade priorizar a memória em detrimento de outras relevantes habilidades e competências necessárias aos profissionais médicos; (7) a necessidade de se voltar o curso médico, suas habilidades e competências, para as diretrizes curriculares; (8) a importância da CAEM; (9) questões relativas ao reconhecimento de IES e os instrumentos utilizados para isso; e, por fim, (10) o quanto essa discussão sensibilizará as autoridades no sentido de se concretizarem as alterações propostas aos métodos de avaliação, reconhecimento e regulação das IES.

Relatório grupo C – Relator: Hugo Araújo – USP Ribeirão

Cláudia Maffei – USP Ribeirão

Eveline Glória – UEPE

João Roberto – Universidade Araraquara

Edson Akaki – Facimed Rondônia

Ademir – Unicastelo

Nilce – UFG

Maria Cristina – UERJ

José Paulo – ECMS – Juiz Fora

Luciana – ECMS – Juiz Fora

Dificuldade na execução da avaliação externa em função das características de cada faculdade, pois o avaliador fica somente 2 dias na faculdade e isso dificulta a visão dele.

Escolas precisam conhecer melhor a LDB e as DCN.

Resistência e dificuldade dos docentes em implementar mudanças nas estratégias de ensino. Isso torna mais difícil a escola se adequar ao PNE.

É bom que o MEC cobre a adequação das EMBs à realidade do SUS e à APS. Infelizmente os municípios usam essas diretrizes e obrigações das escolas para transferir as responsabilidades que seriam do governo (séc. saúde) para a universidade.

Problema UEPE – as escolas estaduais não estão no SINAES, porém são obrigadas a fazer o Enade. A avaliação do SINAES é voltada totalmente para a avaliação federal.

O movimento de saída da universidade para a comunidade, através dos programas – PSF e Atenção Primária à Saúde deve ser avaliado pelo olhar da comunidade para reconhecimento se a ação está tendo impacto positivo ou não.

Recomendações do grupo para elaboração dos critérios mínimos de avaliação:

- Avaliação externa – se as escolas se adequarem à formação exigida pelo MEC – se a escola forma o médico de acordo com o perfil previsto nas DCN.
- Avaliação interna – se o PPP da universidade é plenamente implementado no cotidiano do curso.

FORUM DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 22/10

Coordenação: CAEM/ABEM

Jadete Lampert e Rinaldo Aguilar

Relatoria: Ively Guimarães Abdalla

Discentes: Aluízio e Pedro

Palestra – FERNANDO MENEZES

Fala sobre sua experiência em universidade da Holanda.

Afirma que a ciência não proporciona prescrições, mas descrições.

Com tal entendimento, nós podemos esperar fazer nossas escolhas com uma visão mais clara.

A ciência educacional é que dá suporte aos estudantes.

Para sobreviver, a universidade em que está trabalhando investiu muito em pesquisa.

Indica o Livro – Critical Mass de PHILIP BALL, Editor da revista Nature para entendermos do lugar de que fala.

Foca sua fala na discussão de questões sobre avaliação.

Como pensamos avaliação a partir da física e de pensamentos complexos?

Ciência não proporciona prescrições, mas descrições.

Muitas vezes nos detemos no certo e errado e isso não é adequado.

2 questões de trabalho

Que processos são estes?

Podemos melhorar estes processos? (na mudança de 1º nível você melhora, na mudança de 2º nível você cria).

Que/quais processos?

Formativo ou somativo? Ambos, pois na tendência atual não se separa mais.

Internos, externos ou ambos? Não existe avaliação externa sem avaliação interna.

Temos a tendência a esperar a avaliação externa chegar, quando na verdade deveríamos estar fazendo nossa avaliação interna antes da avaliação externa chegar.

Padrões mínimos, qualidade ou ambos? Quando avalia o que queremos: padrão mínimo, identificar qualidade ou assegurar qualidade?

Isolados, Nacionais, Regionais ou Inter-regionais? Há disciplinas que são avaliadas isoladamente. As avaliações podem ser nacionais ou não; regionais (conjunto de países); inter-regional (conjunto de regiões).

Integrados à Pesquisa Educacional ou não? As avaliações têm que estar integradas ao processo de pesquisa educacional.

Qual o objetivo da avaliação?

Quem avalia?

Quem é avaliado?

Ninguém avalia sem responder a essas questões.

Uma discussão nova na Europa é que a Avaliação não é mais uma questão de metodologia, mas é uma questão de definirmos algumas questões:

- Integração com outros processos (1 avaliação que ocorre com aluno de uma escola não ocorre só, ela é integrada a todas as outras escolas)
- Fundamentação na pesquisa

O Trabalho tem sido feito em 2 dimensões

Trabalho publicado no INEP - "aderência das escolas médicas as DCN"

Estabelecer relações

O que avaliar?	Quem avalia? Qual o obj da avaliação?	
	Aval Interna	Aval Externa
Resultados	SOMATIVA OU FORMATIVA	
Impactos		
Currículos		
Ambiente de Aprendizagem		
Docentes		
A avaliação		

O que avaliar?	Quem avalia? Qual o objetivo da avaliação?	
	Aval Interna	Aval Externa
Resultados	DOCENTES	COMISSÕES
Impactos	PESQUISADORES	PESQUISADORES
Currículos	COMISSÕES	COMISSÕES
Ambiente de Aprendizagem	COMISSÕES	COMISSÕES
Docentes	DISCENTES	COMISSÕES

A avaliação	COMISSÕES	COMISSÕES
-------------	-----------	-----------

Outras maneiras de se ver a avaliação

O que avaliar?	Quem avalia? Qual o obj da avaliação?	
	Aval Interna	Aval Externa
Resultados	Testes	Testes
Impactos	Questionários	Questionários
Currículos	Questionários	Questionários
Ambiente de Aprendizagem	Questionários	Questionários
Docentes	Questionários	Questionários
A avaliação	Livre	Livre

A avaliação é parte do processo educacional

Objetivo: saber o que os estudantes sabem (evidência do aprendizado)

Não é o instrumento que gera o ranqueamento ou não, quem faz isso somos nós que o interpretamos.

Pilares da Avaliação: cognição, observação, interpretação

O que é cognição? – são processos mentais e seu conteúdo que incluem: atenção, percepção, memorização, raciocínio, resolução de problemas e comunicação.

Esses processos contribuem para a aquisição, organização e utilização do conhecimento.

Quando deixamos a avaliação para o professor fazer, deixamos claro que o professor vai trabalhar só memorização quando trabalha isoladamente.

Definição de aprendizagem: isso significa aprendizagem?

- Aprendizagem é uma mudança (relativamente) permanente no comportamento, resultado da experiência.
- Aprendizagem é uma mudança (relativamente) permanente nas representações mentais ou associações, resultado de experiência.

Geralmente trabalhamos com aspectos em que temos controle e com aspectos em que não temos controle e isso deve ser levado em conta para analisarmos processos de mudança na sua complexidade. Ao avaliarmos essas mudanças temos que levar em conta o contexto em que a escola está inserida.

Teoria da Complexidade e Avaliação

Na avaliação os resultados têm a ver com a escola em todas as suas dimensões:

Os professores

O contexto sócio-cultural dos alunos

Não é fácil atribuir um resultado (bom ou ruim) a um único fator, isso não é possível.

A avaliação tem a ver com a percepção da sociedade a respeito desse processo.

O que leva a uma escola a adotar as DCN? São fatores internos

O que está faltando para a ABEM é colocar as discussões e produções para fora e trazer gente de fora para podermos relacionar diferentes visões.

- Critérios de efetividade do ensino
- Variáveis que afetam o processo de ensino-aprendizagem
- Experiências pessoais de formação
- Experiências pedagógicas de formação

O que influencia a aprendizagem na sala de aula? Estudantes, e professores.

Um grupo da Bélgica trabalha a avaliação comparando modelos de currículo

Há 3 currículos: o do papel, o real (o que o professor faz), o informal (o que o aluno faz)

Qual currículo você está avaliando?

O grupo belga diz que a avaliação significativa somente existe quando se tem a intersecção das 3 dimensões.

Dizem que entregam para o aluno e para nós mesmos uma ementa e queremos que o aluno saiba aquilo. Assim, o currículo formal diz que o aluno deve saber isso e ter essas competências, então a avaliação fica muito extensa. Com isso teríamos um processo de avaliação longo.

Para entender mesmo devemos avaliar o currículo real.

Deve haver uma integração entre objetivos da aprendizagem e objetivos da avaliação

O conceito de alinhamento construtivo (constructive alignment) – Biggs, 2003

Objetivo da aprendizagem = evidência de ganho educacional = critérios de avaliação.

Feedback direto aos estudantes, relacionado com o ganho educacional.

Permite o uso de decisão informada.

Este estudo diz que se pensarmos em mudar o currículo, primeiro devemos fazer a avaliação do curso para determinarmos os critérios que serão analisados para depois mudar.

FORUM DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 23/10

Coordenação: CAEM/ABEM

Jadete Lampert e Rinaldo Aguilar

Relatoria: Ively Guimarães Abdalla

Discentes: Alúzio e Pedro

Os componentes do fórum são convidados por Rinaldo a se reunirem em grupos e discutirem as questões norteadoras das discussões feitas nos dias anteriores.

Questões norteadoras do encontro:

O instrumento proposto pelo governo

1 – propicia avaliação de competências?

2 – contempla a interdisciplinaridade?

3 – avalia as diferentes metodologias de ensino e aprendizagem?

4 – propicia a abordagem dos 3 níveis de saúde?

5 – Os movimentos nacionais são considerados na construção da proposta de avaliação apresentada pelo governo?

Após o trabalho de discussão os grupos apresentam suas sínteses.

Grupo 1 – Relator – André – UFJF

Auto-avaliação deve ser comparada aos meios de avaliação externa.

Embora a avaliação seja voluntária, a primeira tende a ser menos crítica do que as posteriores.

Necessidade da avaliação do que o docente faz. Ela deve ser sigilosa e protocolada para não haver um viés. O grande viés da forma de avaliação do docente é que o professor que é grande comunicador tenderia a ser mais bem avaliado. Plenária gera auto-avaliação de disciplina, pois os alunos ficam mais protegidos enquanto coletividade.

Necessidade de estabelecer via política entre ABEM, CAEM, governo, órgãos de classe.

Avaliar competências, atitudes, cognição.

Os movimentos nacionais não são contemplados como um todo.

Grupo 2 – Relator – Pedro – Ciências Médicas de Belo Horizonte

Necessário documento específico para medicina.

Grupo que criou o documento ficou frustrado em não poder manifestar à sociedade os sentimentos gerados nas discussões.

Indicadores devem ser melhorados.

Como a ABEM pode sugerir ao ministério as sugestões discutidas no fórum.

É consenso que há necessidade de melhorar o documento, mas deve-se enviar as sugestões de forma objetiva para que haja maior chance de sucesso.

A avaliação proposta pela CAEM deve ser incorporada à avaliação do INEP, pois corresponde ao que a política educacional preconiza. A proposta é somar esse projeto aos instrumentos existentes.

O grupo concorda que não tem capacidade para analisar o documento neste momento e uma professora propõe que sejam feitas oficinas para o desenvolvimento desse trabalho.

Jadete – Na verdade avaliação é um processo, e parece que o que permeia a conclusão dos 2 grupos é o espaço de discussão da CAEM junto ao INEP. O espaço de crítica na discussão do instrumento é uma necessidade forte.

Rinaldo – deve-se aumentar a massa crítica a partir do trabalho já desenvolvido da CAEM. Os professores que estão participando do movimento de avaliação poderiam ser os estimuladores da discussão dos indicadores de qualidade e de análise crítica do instrumento.

Os fóruns nacionais poderiam contribuir para isso.

Devemos unir forças para continuar construindo o processo avaliativo.

Professora Cristina propõe que deveríamos fazer um movimento parecido ao da construção das diretrizes. O instrumento da CAEM deve servir para a auto-avaliação das escolas e por isso ela pensa que não há necessidade de cada escola construir um novo, o que para ela é perda de tempo.

Professor Flávio – avaliação é um processo. Todos nós individualmente como educadores ou de forma institucional devemos, via ABEM mostrar o conhecimento técnico já construído aos órgãos que estão regulando a avaliação no país.

Professor Geraldo – à medida que as exigências vão aumentando o nível vai aumentando. A essência da discussão na elaboração do instrumento para a medicina foi que muitas coisas próprias da medicina puderam ser incluídas no instrumento.

Professor Flávio – a proposta política foi feita a partir da elaboração do instrumento e agora devemos contribuir de forma técnica, com a equipe da CAEM/ABEM que está capacitada para isso.

ANEXO 1

45º. CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO MÉDICA - Uberlândia / MG, 2007.

Fórum IV: AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

COORDENAÇÃO: Jadete Barbosa Lampert e Regina Celes de Rosa Stella

TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

Este Fórum de Avaliação Institucional parte do entendimento que a avaliação institucional consiste em um conjunto de processos avaliativos, constituindo um sistema integrado para perceber as diversas dimensões da realidade avaliada, dentro de uma coerência conceitual, epistemológica e prática, e alcançando os objetivos dos diversos instrumentos e modalidades. A avaliação institucional como um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) se relaciona com: à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A Auto-Avaliação Institucional a partir das contribuições dos vários atores tem caráter pedagógico, formativo, pois consiste em uma experiência social significativa que aborda valores e promove mudança da cultura avaliativa, potencializando o desenvolvimento humano e institucional (SINAES). A ênfase qualitativa do processo avaliativo visa entender os processos de construção da realidade de um grupo social mediante coleta e interpretação de dados a fim de detectar comportamentos sociais e práticas cotidianas. A técnica qualitativa é combinada à quantitativa através da utilização de dados secundários sobre a universidade e seus membros constitui a avaliação por triangulação de métodos (Minayo, 2005);

A Avaliação Interna é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, Desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

A Avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo INEP, tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios das auto-avaliações. Por isso deve estar coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais que foram amplamente discutidas pela sociedade organizada e homologadas pelo Ministério da Educação (CNE, 2001).

OBJETIVOS

- Compartilhar avanços ocorridos na construção dos processos de avaliação institucional – o PDI;
- Conhecer e discutir aspectos dos processos de avaliação institucional implementados no âmbito das escolas médicas;
- Avaliar as dificuldades encontradas nas experiências avaliativas em andamento, construindo políticas e apontando ações que possam estar fortalecendo a construção desses processos;
- Definir produto das apresentações e discussões com indicação de estratégias (políticas, ações) de apoio e fortalecimento da construção de processos avaliativos no ponto de vista interno e externo as instituições.

DATA / CARGA HORÁRIA / LOCAL

Data: de 20 a 23 de outubro de 2007 - das 8h às 10h

Carga horária: 8 horas

Local: sala 4

PROGRAMA

Desenvolver atividades que permitam abalizar/nivelar conceitos (mesas redondas e discussão em grupos) e fazer análise crítica da realidade com a perspectiva da construção coletiva de políticas que fortaleçam e aprimorem os processos de avaliação institucional.

Exposição e discussão de diretrizes e projetos de avaliação institucional

- *Sábado – 20/10/2007*

8h às 10h – Panorama geral das composições dos processos avaliativos do SINAES – PDI, avaliações interna externa já ocorridas, resultados, nós críticos, encaminhamentos para discussão da plenária – Encaminhamentos para responder a questão colocada. (a cargo do INEP e alguma instituição avaliada)

- *Domingo – 21/10/2007*

8h às 10h – Avaliação do curso de graduação – apresentação de processos em andamentos e resultados (INEP, CAEM/ABEM e outros) – encaminhamento para responder questão colocada.

- Segunda-feira – 22/10/2007

8h às 10h – Construção dos Processos Avaliativos – avanços e dificuldades

- Terça-feira – 23/10/2007

8h às 10h – Pontos estratégicos para as mudanças – resultados do estudo da CAEM/ABEM –subsídio para responder questão norteadora e concluir com proposições/sugestões em duas linhas de avaliação institucional: 1) avaliação da instituição universidade ou centro universitário; e 2) avaliação dos cursos de graduação da medicina/saúde.

METODOLOGIA

A metodologia pedagógica utilizará exposições de diretrizes de avaliação institucional e resultados de experiências, e a partir de discussões e reflexão de vivências entre os participantes (técnica do zum-zum) se buscará no encaminhamento a construção coletiva de proposições (políticas, ações) que visem o apoio e o fortalecimento da avaliação institucional, valorizando a escuta de avaliadores externos e internos de instituições que já evoluíram nesse processo.

PRODUTO FINAL – RESPOSTAS AS QUESTÕES COMO:

- Os projetos de implementação de processos avaliativos são adequados?
- Quais os avanços identificados?
- Quais são as maiores dificuldades e potencialidades?
- O que pode ser feito (estratégias - políticas, ações) no âmbito governamental e institucional, para apoiar e fortalecer a construção do processo avaliativo institucional?

Ficará a cargo dos coordenadores e relatores do Fórum IV a confecção do texto resultante das discussões e reflexões sobre avaliação institucional, em implantação no Brasil com proposições para o apoio, aprimoramento e fortalecimento dos processos avaliativos em construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA / COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS MÉDICAS (CAEM) - Projeto de Avaliação de tendências de mudanças no curso de graduação das escolas médicas brasileiras. Rio de Janeiro, ABEM, 2006.

DIRETRIZES CURRICULARES – Ministério da Educação / Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior, 2001. *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina*. Homologa em 03/10/2001, Parecer CES 1.133/2001, Resolução CNE/CES Nº 4, de 7/11/2001, [resolução online] em: <http://www.mec.gov.br/cne/ftp/CES/CES04.doc>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – CONAES/SINAES – Orientações gerais para o roteiro de auto-avaliação das instituições, 2004

RISTOFF, Dilvo I., DIAS SOBRINHO e BALZAN, Newton César (orgs.) *Avaliação Institucional: teorias e experiências*. Avaliação Institucional: pensando princípios. São Paulo: Cortez, 2000.

SINAES – *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção a regulamentação*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2^a. ed. ampl., Brasília, 2004.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. Auto-Avaliação Institucional: Princípios e Metodologia do Grupo Focal. In: BELLO, José Luiz de Paiva. *Pedagogia em Foco*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/avinst01.htm>>. Acesso em 12/08/2007.